



## TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 48051.002513/2019-02

### 1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços visando a aquisição de veículos picapes, diesel, 4x4, novos, zero quilometro, dotados de todos os equipamentos exigidos pelo Código Nacional de Trânsito, assim como em conformidade com o PROCONVE e o Programa de Eficiência Energética do INMETRO, objetivando substituir parte da frota de veículos especiais da Agência Nacional de Mineração - ANM utilizados nas ações de fiscalização de campo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Instrumento.

ITEM	Código do Material (CATMAT)	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida / fornecimento	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total Órgão Gerenciador	Valor Unitário máximo aceitável
1	150070	Veículo tipo caminhonete picape, cabine dupla, com carroceria aberta, motor 2.4cc e potência de 190cv (tolerância de - 5%), 4x4, diesel, conforme requisitos mínimos constantes no Termo de Referência.	Unidade	1	6	65	160.047,48
custo máximo estimado da contratação: <b>R\$ 10.444.699,20</b> (dez milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil seiscentos e noventa e nove reais e vinte centavos)							

1.2. Os veículos devem atender aos seguintes requisitos mínimos, sendo aceitas especificações que, comprovadamente, sejam superiores:

- a) caminhonete picape, cabine dupla;
- b) movida a óleo diesel;
- c) pintura externa na cor branca, original de fábrica;
- d) 4 (quatro) portas laterais e 1 (uma) tampa na carroceria com tranca na chave ou trava elétrica;
- e) novo, zero quilometro, primeiro registro, incluso emplacamento como veículo oficial e licenciamento na UF onde serão entregues;
- f) data de fabricação igual ou posterior ao ano da ordem de fornecimento;
- g) ano do modelo igual ou posterior ao ano da ordem de fornecimento;
- h) sistema de tração 4x2, 4x4 normal e 4x4 reduzida, com modos de tração que possibilite que o veículo trafegue em estradas não asfaltadas (cascalho, lama, aclive acentuado, declive acentuado, pequenos riachos e etc.);
- i) controle de tração e controle de estabilidade;
- j) motor à diesel, turbo ou bi-turbo compressor e intercooler, 2.4cc (tolerância de - 5%) e potência de 190cv (tolerância de -5%), conforme a ABNT;
- k) sistema de injeção eletrônica de diesel, compatível com todos os tipos disponíveis no mercado brasileiro;
- l) câmbio manual de 5 (cinco) marchas a frente e 1 (uma) a ré, sendo aceitas especificações superiores;
- m) direção hidráulica ou elétrica originais de fábrica;
- n) ar condicionado de fábrica integrado frio e quente e com a função desembaçante do para-brisa;
- o) air bag duplo dianteiro para motorista e passageiro;
- p) freios com sistema antitravamento do tipo ABS com distribuição eletrônica da força de frenagem (EBD);
- q) 4 (quatro) rodas de aço estampado ou alumínio originais do veículo, sendo aceitas especificações superiores;
- r) pneus de uso misto, projetado para fora de estrada (*off-road*) e asfalto, com largura da banda de rodagem mínima de 225mm, aro 16", sendo admitida banda de rodagens e aros maiores;
- s) estepe em roda de ferro sendo o pneu com as mesmas características dos demais instalados no veículo;
- t) suspensão reforçada e elevada original de fábrica de forma a possibilitar a entrada do veículo em vários tipos de estradas, principalmente as acidentadas;
- u) capacidade 5 (cinco) lugares, incluindo motorista, sendo os bancos dianteiros individuais;
- v) bancos revestidos em tecido com apoios de cabeça nos bancos dianteiros;
- w) cintos de segurança para todos os passageiros considerando a lotação completa, sendo os frontais e laterais retráteis de 03 (três) pontos e os centrais subabdominais ou de 03 (três) pontos;
- x) película de segurança e controle solar em todos os vidros do veículo (preta ou fumê), inclusive para-brisas (incolor). A película deve rejeitar 90% (noventa por

cento) ou mais da radiação UV e observar a graduação máxima permitida pela Resolução CONTRAN em vigor;

y) espelhos retrovisores externos em ambos os lados com acionamento posicional interno;

z) limpador com temporizador e lavador elétrico do para-brisa;

aa) vidros elétricos nas portas dianteiras, originais de fábrica, sendo aceito especificações superiores e qualquer forma de acionamento dos mesmos;

ab) acionamento elétrico de travas das 04 (quatro) portas (trava elétrica), com telecomando na chave do veículo, originais de fábrica;

ac) sistema de alarme antifurto com acionamento a distância, original de fábrica;

ad) indicador de conta-giros de rotações do motor, indicador do nível de combustível, indicador de temperatura de motor;

ae) sistema de áudio, com rádio integrado, no mínimo 2 (dois) alto falantes, além de conexões USB e Bluetooth, sendo aceitas especificações superiores;

af) carroceria aberta;

ag) capacidade de carga útil mínima de 1000 kg (tolerância de -5%);

ah) protetor de caçamba em poliuretano original de fábrica ou aplicação de revestimento em poliuretano 100% puro, com no mínimo 3mm de espessura;

ai) capota marítima na cor preta, de primeira linha, com logomarca do fabricante, que impeça a penetração de água na caçamba do veículo;

aj) engate para reboque traseiro, fixo, próprio para o modelo do veículo, parafusado em local projetado para tal no chassi, com capacidade de tração mínima de 1.000kg (tolerância de -5%), com tomada elétrica devidamente instalada, cantos arredondados (podendo ter acabamento em chapa cromada, com ausência de pontas ou superfícies cortantes), com ponto de ancoragem para corrente de segurança, de acordo com Resolução CONTRAN;

ak) capacidade do tanque de combustível 75 (setenta e cinco) litros (tolerância de -5%);

al) tampa de combustível contendo a indicação exata sobre o tipo de combustível utilizado, para evitar equívocos quando do abastecimento;

am) grade protetora do motor/cárter em aço com, no mínimo, 2mm de espessura, ou conforme original de fábrica, devidamente fixada na parte inferior externa do motor, a qual não deve causar interferência no sistema de absorção de impactos no conjunto motor/transmissão;

an) tapetes do assoalho de borracha original do veículo, com velcro e/ou presilha na parte inferior para fixação no revestimento do assoalho, admitindo-se adaptação por empresa autorizada pelo fabricante;

ao) estribos laterais na cor preta, em 02 (duas) peças de aço estruturado, formadas de chapa metálica antiderrapante na parte superior, que deverão ser instaladas sob as portas laterais do veículo;

ap) para-choques de impulsão (quebra-mato) na parte frontal do veículo, com suporte a guincho e proteção de faróis, em aço tubular na cor preta fosco ou semi brilhante, com altura que abranja da parte inferior do para-choque até a altura do capô, projetado para suportar, no mínimo, a Capacidade Máxima de Tração do

Veículo (CMT);

aq) chave de roda com alavanca compatível com a operação e utilização do veículo;

ar) macaco hidráulico ou mecânico (de acordo com o modelo do veículo);

as) jogo de chave fixa (boca);

at) triângulo de segurança;

au) possuir todos os itens de segurança e demais equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos nas Resoluções vigentes do CONTRAN, assim como em conformidade com o PROCONVE;

av) possuir todos os itens de série não especificados, mas exigidos pelo CONTRAN;

aw) classificação A, B ou C no PBE relativa a redução relativa ao limite de emissões no escapamento, de acordo com a tabela de consumo / eficiência energética de veículos automotores leves do INMETRO, versão mais atualizada;

ax) atender aos limites máximos de ruídos, fixados nas Resoluções CONAMA nº. 1, de 11/02/1993, nº. 08/1993, nº. 17/1995, nº. 272/2000 e nº. 242/1998 e legislação superveniente e correlata;

ay) possuir rede de concessionária da marca em todos os estados do território nacional;

az) garantia da marca contra defeitos de fabricação de no mínimo 3 (três) anos ou 100.000 (cem mil) quilômetros rodados, o que ocorrer primeiro, prevalecendo a oferecida pelo fabricante caso seja superior ao mínimo exigido;

1.3. Serão considerados como originais de fábrica os acessórios e adaptações realizados na linha de montagem, inseridos na concessionária autorizada da marca ou por empresa homologada do fabricante, desde que devidamente incluso na garantia do veículo;

1.4. A garantia contra defeitos de fabricação deverá ser prestada sem ônus para a ANM dentro do prazo de garantia ofertado pelo fabricante;

1.5. As despesas com revisões periódicas normais, conforme manual do fabricante, necessárias para a garantia de fábrica, serão custeadas pela ANM;

1.6. Os dados para licenciamento dos veículos (CNPJ/Localidade/UF) são os dos locais de entrega informados no subitem 4.1 deste Termo e na Ordem de Fornecimento, quando da sua emissão;

1.7. A ANM possui isenção do IPVA por ser uma Autarquia Federal mantida pelo Poder Público;

1.8. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei 8.666, de 1993.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópicos específicos dos Estudos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. O bem a ser fornecido enquadra-se como bem comum, cujos padrões de desempenho e

qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado, em conformidade com art. 1º, caput e parágrafo único da Lei nº 10.520, de 2002.

#### 4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens será de até 120 (cento e vinte) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessas parceladas, conforme quantidades estimadas e endereços discriminados no quadro abaixo, de acordo com a demanda da Agência e dentro da vigência da Ata:

UF	ENDEREÇO	QUANTIDADE ESTIMADA
<b>AL</b>	Gerência Regional da ANM no Estado de Alagoas Rua Jose Luiz Calazans nº 168, Qd. 42, Bairro Jatiúca Maceió - AL- CEP 57035-850 CNPJ: 29.406.625/0002-10	1
<b>AP</b>	Unidade Avançada da ANM no Estado do Amapá Rua Raimundo Ozanan, 23 - Bairro Central Macapá - AP - CEP 68900-065 CNPJ: 29.406.625/0012-92	1
<b>AM</b>	Gerência Regional da ANM no Estado de Amazonas Avenida André Araújo, 2.150 - Aleixo Manaus - AM - CEP 69060-000 CNPJ: 26.406.625/0024-26	2
<b>BA</b>	Gerência Regional da ANM no Estado da Bahia Avenida Ulysses Guimarães nº 650 - Sussuarana Centro Administrativo da Bahia – Ala Federal Salvador - BA - CEP 41213-000 CNPJ: 29.406.625/0026-98	4
<b>CE</b>	Gerência Regional da ANM no Estado do Ceará Avenida Padre Antônio Tomás, 2110 - Aldeota Fortaleza - CE - CEP 60140-160 CNPJ: 26.406.625/0025-07	2
<b>DF</b>	Sede da Agência Nacional de Mineração - ANM Setor Bancário Norte, Quadra 02, Bloco N Brasília - DF - CEP: 70040-000 CNPJ: 29.406.625/0001-30	2
<b>ES</b>	Gerência Regional da ANM no Estado do Espírito Santo Avenida César Hilal, nº 410, Bento Ferreira Vitória - ES - CEP 29050-664 CNPJ: 29.406.625/0021-83	3
<b>GO</b>	Gerência Regional da ANM no Estado de Goiás Rua 84, nº 593 - Setor Sul Goiânia - GO - CEP 74080-400 CNPJ: 29.406.625/0019-69	4
<b>MA</b>	Gerência Regional da ANM no Estado do Maranhão Rua Rio Branco, nº 365. Centro São Luís - MA - CEP 65020-490 CNPJ: 29.406.625/0015-35	2
<b>MG</b>	Gerência Regional da ANM no Estado de Minas Gerais Praça Milton Campos, 201 - Serra Belo Horizonte - MG - CEP 30130-040 CNPJ: 29.406.625/0017-05	6
	Gerência Regional da ANM no Estado do Mato Grosso do Sul	

<b>MS</b>	Rua Gal. Odorico Quadros, 123 - Jardim dos Estados Campo Grande - MS - CEP 79020-260 CNPJ: 29.406.625/0003-00	2
<b>MT</b>	Gerência Regional da ANM no Estado do Mato Grosso Rua da Fé, 177 - Jardim Primavera Cuiabá - MT - CEP 78030-090 CNPJ: 29.406.625/0013-73	4
<b>PA</b>	Gerente Regional da ANM no Estado do Pará Avenida Almirante Barroso, 1.839 - Marco Belém - PA - CEP 66093-020 CNPJ: 29.406.625/0023-45	5
<b>PB</b>	Gerência Regional da ANM no Estado da Paraíba Rua Rua Antônio Campos 252, Alto Branco Campina Grande - PB - CEP 58401-399 CNPJ: 29.406.625/0004-82	1
<b>PE</b>	Gerência Regional da ANM no Estado do Pernambuco Estrada do Arraial, 3.824 - Casa Amarela Recife - PE - CEP 52070-230 CNPJ: 29.406.625/0020-00	2
<b>PI</b>	Gerência Regional da ANM no Estado do Piauí Rua Desembargador Freitas, 1385, Centro-Norte Teresina - PI - CEP 64.000-24 CNPJ: 29.406.625/0018-88	2
<b>PR</b>	Gerência Regional da ANM no Estado do Paraná Rua Desembargador Otávio do Amaral, 279 - Bigorriho Curitiba - PR - CEP 80730-400 CNPJ: 29.406.625/0005-63	2
<b>RJ</b>	Gerência Regional da ANM no Estado do Rio de Janeiro Avenida Nilo Peçanha, Nº 50 - Grupo 709, 713 - Centro Rio de Janeiro - RJ - CEP 20044-900 29.406.625/0007-25	3
<b>RN</b>	Gerência Regional da ANM no Estado do Rio Grande do Norte Avenida Alexandrino de Alencar, nº 1402 - Bairro Tirol Natal - RN - CEP 59056-350 CNPJ: 29.406.625/0006-44	2
<b>RO</b>	Gerência Regional da ANM no Estado de Rondônia Avenida Lauro Sodré, 2.661 - São Sebastião Porto Velho - RO - CEP 76801-581 CNPJ: 29.406.625/0014-54	2
<b>RR</b>	Gerência Regional da ANM no Estado de Roraima Rua Dr. Arnaldo Brandão, 1195 - São Francisco Boa Vista - RR - CEP 69305-080 CNPJ: 29.406.625/0022-64	1
<b>RS</b>	Gerência Regional da ANM no Estado do Rio Grande do Sul Rua Washington Luiz, 815 - Centro Porto Alegre - RS - CEP 90010-460 CNPJ: 29.406.625/0008-06	2
<b>SC</b>	Gerência Regional da ANM no Estado de Santa Catarina Rua Álvaro Millen da Silveira, 104 Centro Florianópolis - SC - CEP 88020-180 CNPJ: 29.406.625/0009-97	4
<b>SE</b>	Gerência Regional da ANM no Estado de Sergipe Rua Prof. José de Lima Peixoto, 98/A - Distrito Industrial	1

SE	Aracaju - SE - CEP 49040-510 CNPJ: 29.406.625/0010-20	1
SP	Gerência Regional da ANM no Estado de São Paulo Rua Loefgren, 2225 - Vila Clementino São Paulo - SP - CEP 04040-033 CNPJ: 29.406.625/0016-16	4
TO	Gerência Regional da ANM no Estado do Tocantins Quadra 304 Norte, QC 01, Alameda 01, Lote 01, Centro Palmas - TO - CEP 77006-352 CNPJ: 29.406.625/0011-01	1
<b>TOTAL</b>		<b>65</b>

4.2. A entrega deverá ser efetuada em dias úteis, no horário compreendido entre 9h às 11h30 e 14h30 às 17h.

4.3. Será informado na Ordem de Fornecimento os endereços de entrega e respectiva quantidade.

4.4. Por ocasião da entrega os veículos deverão estar devidamente licenciados e emplacados como carro oficial em nome da Unidade Regional da Agência Nacional de Mineração - ANM de destino, observado o disposto na legislação pertinente, sendo os custos desses serviços de responsabilidade da Contratada.

4.5. Os dados para licenciamento dos veículos (CNPJ/Localidade/UF) são os informados no subitem 4.1 deste Termo Referência.

4.6. A ANM possui isenção do IPVA por ser uma Autarquia Federal mantida pelo Poder Público.

4.7. No prazo de entrega estão compreendidos o emplacamento dos veículos e o registro dos documentos (CRLV e CRV) em nome da ANM/UF contemplada.

4.8. Só serão aceitos veículos que possuam manuais de manutenção e operação no idioma português e que disponham de concessionária da marca, com serviço de assistência técnica para realização das manutenções necessárias, na Unidade da Federação onde forem entregues.

4.9. Não serão aceitos veículos que apresentem componentes amassados, enferrujados, trincados, quebrados, empenados e com outros sinais de avarias ou alteração de suas características originais.

4.10. Bens entregues diferentes dos propostos ou que apresentarem defeitos, serão considerados não entregues e a contagem do prazo não será interrompida em decorrência do não recebimento, arcando a empresa fornecedora com o ônus deste atraso.

4.11. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, mediante Termo circunstanciado, por comissão de servidores da ANM/UF, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

4.12. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, devendo ser substituídos no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação pela Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.13. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após atesto da qualidade e conformidade dos mesmos, com a consequente aceitação mediante Termo circunstanciado.

4.13.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser

procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.14. Para fins de recebimento e avaliação dos bens, além dos já informados, deverão ser observados critérios objetivos como:

- 4.14.1. compatibilidade com as especificações;
- 4.14.2. quantidades previstas;
- 4.14.3. atendimento ao prazo de entrega estipulado;
- 4.14.4. aspecto visual dos veículos;
- 4.14.5. conferência dos documentos, placas, chassi, renavan, certificados e/ou certidões exigidas no momento da entrega;
- 4.14.6. existência e quantidade dos acessórios, ferramentas e itens de sinalização e segurança; e
- 4.14.7. funcionamento dos dispositivos e acessórios do veículo.

4.15. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.16. Se após o recebimento provisório for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à Contratada, o prazo para a efetivação do recebimento definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 5.1.6. solicitar a substituição do veículo que, no período de garantia, apresentar defeito sistemático de fabricação, devidamente comprovado pelas constantes manutenções corretivas necessárias.

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Instrumento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, impressos e/ou em mídias eletrônicas;

6.1.2. entregar os veículos emplacados como oficial, com seguro obrigatório e licenciamento anual pagos, de acordo com as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito;

6.1.3. entregar os veículos com combustível suficiente para deslocamento até o posto para o primeiro abastecimento de modo a prevenir a ocorrência de qualquer tipo de pane por falta de combustível, ocasionando possíveis multas de trânsito e prejuízos a bomba de combustível.

6.1.4. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.5. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.6. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.7. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.8. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.1.9. responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6.1.10. apresentar o CTF (Cadastro Técnico Federal) para atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, conforme IN 06 de 15/03/2013 do IBAMA.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

10.1. Para a aquisição pretendida será formalizado Instrumento de Contrato estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo de Referência e da proposta de preços da(s) licitante(s) vencedora(s).

10.2. A assinatura do contrato está condicionada à manutenção das condições estabelecidas no Edital para habilitação, que poderá ser aferida por meio de consulta ao SICAF, sites oficiais ou mediante a apresentação da respectiva documentação, bem como à consulta a ser efetuada ao CADIN e à regularidade trabalhista.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Os dados para faturamento (CNPJ) serão os constantes da Nota de Empenho e/ou Instrumento de Contrato;

11.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

11.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos

impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6/100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 12. REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 13. GARANTIA DA EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13.1.1. Será verificada a comprovação da situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez

Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

<b>LG =</b>	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

<b>SG =</b>	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

<b>LC =</b>	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

13.2. Se a empresa apresentar resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), considerados os riscos para a Administração, a critério da autoridade competente, a licitante deverá comprovar capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

#### **14. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO**

14.1. Os bens deverão dispor de garantia mínima de 3 (três) anos ou 100.000 (cem mil) quilômetros rodados, o que ocorrer primeiro, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao exigido, e começará a correr findo o prazo da garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/1990, o qual se inicia a partir do recebimento definitivo.

14.1.1. No caso do produto que apresentar defeito e for substituído, a garantia será contada a partir da nova data de entrega do objeto.

14.1.2. A empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.

14.1.3. Aplica-se no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

14.2. Todas as peças, dispositivos ou mesmo unidades que forem substituídas durante o período de garantia, em decorrência de problemas de fabricação, terão, a partir de sua entrega, todas as garantias previstas.

14.3. Das condições de assistência técnica:

14.3.1. O serviço de assistência técnica deverá ser prestado de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter os bens em perfeitas condições de uso.

14.3.2. Os chamados relativos à assistência técnica serão solicitados mediante consulta ao fornecedor, conforme sistema disponibilizado pelo mesmo para estabelecimento desta relação, podendo ser por telefone, pessoalmente, via web e outros apontados pelo fabricante.

14.3.3. O prazo para realizar os serviços de assistência técnica aos bens, compreendendo reparos e substituições de peças, obrigando-se a colocar os objetos em perfeito estado de uso ou funcionamento, será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da solicitação do detentor do bem.

14.3.4. O fabricante/montadora da marca, por meio de suas concessionárias e/ou representantes, legalmente estabelecidos ou constituídos, deverá possuir capacidade de prestar o serviço de assistência técnica (dentro do período de garantia ou não) para execução de manutenção, preventiva ou corretiva, previstos no manual de manutenção.

14.3.5. Os serviços de assistência técnica serão executados pelo fabricante ou empresa por ele autorizado em qualquer local do Território Nacional sem prejuízo das garantias, devendo possuir concessionárias, no mínimo, em cada capital ou regiões metropolitanas.

14.3.6. A garantia técnica contra defeitos de fabricação deverá ser prestada sem ônus para a ANM dentro do prazo de garantia ofertado pelo fabricante;

14.3.7. As despesas com revisões periódicas normais, conforme manual do fabricante, necessárias para a garantia padrão de fábrica, serão custeadas pela ANM;

14.3.8. A vigência do Contrato não exonera a Contratada do período de garantia mínima exigida ou ofertada na proposta a qual consiste na prestação, pela Contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/90, e alterações – Código de Defesa do Consumidor.

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. **Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.2.3. **Multa compensatória** de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.4. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.5. **Impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União

com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.5.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.2.6. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.4, 15.2.5 e 15.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas inerentes a esta contratação correrão à conta das dotações aprovadas em Leis Orçamentárias destinadas a Agência Nacional de Mineração, a serem classificadas quando da contratação, conforme permissivo constante do § 2º, art. 7º, do Decreto nº 7.892, de 2013, in verbis:

*“Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.”*

16.2. A comprovação da dotação orçamentária deverá ser demonstrada antes da assinatura do contrato ou ordem de compra, segundo determina a Orientação Normativa nº 20 da AGU, de 2009.

16.2.1. Gestão: 32396 - Agência Nacional de Mineração

16.2.2. Unidade: 323102 - Agência Nacional de Mineração - DF

**17. ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA**

- 17.1. Estudo Técnico Preliminar (ETP), Doc. SEI (0618047).
- 17.2. Modelo de Ordem de Fornecimento, Doc. SEI (0552246).
- 17.3. Modelo de Termo de Recebimento, Doc. SEI (0552247).

Elaborado por:

**Álvaro Barbosa de Santana**  
Chefe DINLIC

De Acordo:

**Eriberto do Nascimento Leite**  
Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação  
GFAM

**Hélio Nascimento Silva**  
Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação  
DIREL

Aprovado por:

**José Antônio Alves**  
Superintendente de Produção Mineral - SPM  
Autoridade Competente da Área Demandante



Documento assinado eletronicamente por **Álvaro Barbosa de Santana, Chefe de Divisão de Gestão Nacional de Licitações**, em 14/10/2019, às 08:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eriberto do Nascimento Leite, Gerente de Fiscalização do Aproveitamento Mineral**, em 17/10/2019, às 08:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helio Nascimento Silva, Plano Especial de Cargos (art. 3º da Lei 11.046/2004)**, em 17/10/2019, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ednaldo Soares Leite Rodrigues, Chefe de Divisão de Recursos Logísticos**, em 17/10/2019, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **José Antonio Alves dos Santos, Superintendente de Produção Mineral**, em 17/10/2019, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, do art. 6º, do Decreto nº8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [www.anm.gov.br/autenticidade](http://www.anm.gov.br/autenticidade), informando o código verificador **0640862** e o código CRC **BF5E655E**.



